



## **AMÉRICA/COLÔMBIA – Alcançado um segundo acordo, a Igreja propõe “uma política de reconciliação por uma paz definitiva”**

Bogotá (Agência Fides) – A Igreja Católica considera que, para alcançar uma verdadeira reconciliação e uma paz autêntica na Colômbia, “seja necessário prosseguir em questões como a justa distribuição das terras e um autêntico desenvolvimento econômico” (primeiro acordo entre governo e FARC, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e “predispõe possíveis cenários para o perdão em todos os setores da sociedade”. Esses princípios foram expressos no livro intitulado “Propostas para a reconciliação e a paz na Colômbia”, realizado pela Conferência Episcopal Colombiana e apresentado em 6 de novembro, que resume os oito pontos mínimos para um acordo nacional.

A nota enviada à Agência Fides refere que foi o Cardeal Rubén Salazar Gómez, Arcebispo de Bogotá, que apresentou o livro de 92 páginas, fruto de uma vasta pesquisa iniciada em 2009, que envolveu todos os protagonistas da vida social, econômica e política do país. Os oito pontos dizem respeito a: uma política de reconciliação e de paz; direitos para uma vida digna e para construir uma política igualitária; reforma agrária integral; direito fundamental à instrução; democracia e transparência no uso dos recursos públicos; descentralização e desenvolvimento territorial; alternativas produtivas sustentáveis; participação dos cidadãos. No dia sucessivo, 7 de novembro, foi publicado em Havana o texto da segunda parte dos acordos alcançados no diálogo entre governo e as FARC: a guerrilha aceita o desarmamento em troca de um “Estatuto de garantias” para exercitar a oposição política em geral e, em especial, “para os novos movimentos que surgirão depois da assinatura do acordo final”. Isso prevê que seja garantidos espaços nos meios de comunicação, reformas institucionais para facilitar a constituição de partidos políticos, garantia de transparência dos processos eleitorais. Daqui a alguns dias, sempre em Havana, terá início a discussão sobre o terceiro ponto das cinco propostas numa primeira agenda, sobre drogas ilícitas, e se falará de como indenizar as vítimas do conflito e, por fim, dos mecanismos para submeter o texto final do acordo a um referendo. (CE) (Agência Fides, 08/11/2013)